

NOETICIDADE METAFÓRICA DA LINGUAGEM CIENTÍFICA

por
JOSÉ ENES

O presente estudo procurou penetrar na intimidade dinâmica da linguagem humana a fim de descobrir se no seu âmago se encontra uma estrutura nuclear comum a todas as espécies em que a linguagem se elabora, diversifica e multiplica.

Destas muitas espécies duas há que apresentam uma radical oposição nos seus processos expressivos. Refiro-me à linguagem *poética* e à *científica*.

A linguagem poética tem como característica estrutural a expressão metafórica, enquanto a linguagem científica persegue meticulosa e mensurativamente a definida univocidade da terminologia convencional e o rigor matemático do discurso teórico.

Julgo ter detectado que no mais recatado e originante momento do fazimento da linguagem como expressão humana, ou seja, como *fala*, se encontra a *metáfora* como estrutura dinâmica. Esta descoberta levou-me à procura da compreensão de tal mecanismo expressivo como fazedor da mesma expressão falada, quer dizer: como fazedor da *significação* ou, mais originalmente ainda, como *gerador de sentido*.

Assim esclarecido tentei finalmente averiguar se aquela mesma estrutura metafórica não seria também o núcleo processual do fazer-se da linguagem científica.

Estes três estádios são designados pela titulação dos parágrafos em que o estudo se desenvolveu.

1. METAFORICIDADE DA FALA

Fala, na sua forma mais antiga — *fabula* — como substantivo do verbo *for*, significava para os romanos *conversação*. Depois *fabula*, restringindo-se à terminologia teatral, passou a designar somente a *récita teatral* — *fabula scoenica*.

Fabulare nessa altura — *fabulare rem* — era dar-lhe a forma linguística de *texto teatral*.

Foi a partir desta acepção que se processou a transferência para a significação de *falar* através do depoente *fabulor* que já em Plauto aparece designando a conversação em geral. Mais tarde surgirão os compostos *confabulor* e *confabulatio* que sobrevivem nas línguas românicas.

Fabulor generalizou-se na Península Ibérica com a formação de *falar* e *fala*, de *hablar* e *habla*, substituindo através deles *loquor* e *locutio*. A terminologia literária, no entanto, conservou alguns derivados de *loquor*, como *locução*, *elocução*, *eloquente* e *eloquência*, *colóquio*, *circunlóquio*, etc.

Falar e *hablar* possuem a significação genérica do acto de expressão verbal como específica do homem. A transferência que lhe deu nascença partiu do relevo dado a um dos sentidos integrantes da significação da *fabula scoenica* como portador de um outro sentido revelador da essência da *fala* enquanto especificamente humana. Pela recitação teatral o personagem faz o seu papel, realiza-se como personagem, vive a sua existência de *persona* no mundo cénico. Assim, o homem pela *fala* desempenha o seu papel de sócio na sociedade, realiza-se como homem, vive a sua existência de pessoa no mundo real. A *récita* faz a personagem, a *fala* faz o homem.

As outras línguas românicas destacaram outro sentido que indicava um aspecto decadente da fala humana como as formas arcaicas do francês *fabler*, do italiano *folia* e do provençal *faula*.

O francês e o italiano formaram o verbo correspondente a *falar* a partir de *parábola*, gênero literário peculiar dos Evangelhos e da pregação cristã. Neste caso é a excelência da fala e a sua natureza de mensagem que são postas em realce. Assim surgiram *parabolare*, *parler* e *parlare*.

O mesmo étimo deu também e para todas as línguas românicas o nome da unidade elementar da *fala* — a *palavra*, *parôle* e *parola*¹.

Em português *parlar* e *palrar*, *parôlo*, *paroleiro* e *parolice* denotam pejorativamente a degradação do falar e da palavra.

Estes dois processos de constituição do sentido de *fala* e *falar*, a partir de *fabula* e de *parabola*, segundo a terminologia tradicional, são classificáveis como *sinédoques*. A atenção reflexa da consciência dirige-se primeiro para a função comunicativa da fala. Aí irizam-se referências a diferentes tipos de comunicação falada com particular significação para o entendimento da função comunicativa. Num caso, o teatro; noutro, a pregação. São dois modelos, idôneos para esboçar o delineamento dos traços essenciais da fala.

O mesmo processo se verificou no grego *μῦθος* e *μυθέομαι* e os seus derivados, no alemão com *Saga* e *sagen*, e no inglês com *tale* e *talk*.

O processo de indução do sentido de *for* é diferente. Coincidindo com *φημί* na forma e no sentido, a raiz mais antiga *bha* já significava *falar*. A estrutura fonética imita, pelo complexo accional da sua prolação e pelo som proferido, o esforço incoativo do balbucio encetante da fala. É expressão mimética do começo prolativo sempre repetido em cada momento do processo da fala. No seu conjunto, aliás, a fala expressa-se como a tentativa jamais consumada de uma vez por todas

¹ Cf. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Lições de Filologia Portuguesa*, Din. Livro, Lisboa, s. d., pp. 361 s.; A. Ernou e E. Meillet, *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*, 4^e éd., Klincksiech, Paris, 1959, p. 2453; Oscar Bloch e Walther von Wartburg, *Dictionnaire Étymologique de la Langue Française*, 5^e éd., Presses Universitaires de France, Paris, 1968.

mas, e por isso mesmo, repetida em todos os passos do seu processo linearmente progradante.

O mesmo acontece com *sprechen* e *Sprache* no alemão, *to speak* e *speech* no inglês.

Nos três casos o ponto de partida para a indução do sentido da fala é a experiência do homem a falar. A reflexão perceptiva constitui o único procedimento para a *fala* falar de si mesma. A própria estrutura da fala implica tal reflexão na medida em que não se pode falar sem atender à função significativa da fala tanto da parte de quem fala como da parte de quem ouve. Em ambos a atenção hermenêutica é constitutiva do processo da fala como conversação. A fala ao falar ouve e percebe o seu falar na medida em que este ouvir e perceber são essenciais ao fazer-se da fala. A fala é, na sua própria essência, perceptiva de si mesma; fazer com que venha a ser *aperceptiva de si mesma é o projecto* da hermenêutica como ciência linguística e como saber filosófico.

Quando a *fala* se denomina, a percepção de si mesma torna-se explícita. Em termos linguísticos, esta explicação é a *autodenominação* da fala.

Nos três exemplos aduzidos, portanto, a *denominação* da fala fundamenta-se em e parte de uma prévia experiência de si mesma.

No caso de *fabulare* a experiência consiste, como vimos, na expressão cénica do actor que *desempenhando o seu papel* ergue o carácter do personagem. *Recitando a fábula* o actor *representa* — torna presente — um tipo de homem, uma *pessoa*, fazendo-o viver em cena *como se vivesse* na vida real.

Comparando com esta experiência da *récita teatral* a experiência da fala na conversação da vida real descobre o intuito as semelhanças e as diferenças. Esta apercepção reflexa das experiências da fala, que mantém em simultâneo presentes os aspectos que as aproximam e os que as afastam, expressou-se dando à conversação real o *nome* de *recitação cénica*. Denominou a *fala humana em geral* a partir de uma particular

espécie de falar, a recitação teatral, com fundamento nas semelhanças e nas diferenças que há entre ambas.

A *fala em geral*, a conversação social que tece a vida humana no seu acontecer quotidiano, tem algo que é próprio da récita teatral. Não é só isso, nem é bem isso, mas *de alguma forma é*. E é-o tão ao vivo que bem se pode dizer que *falar é representar* e que a vida humana *é um teatro*. Mas não é totalmente nem é na realidade, precisamente porque a representação teatral é uma reprodução lúdica da vida humana real. Ora este é e não é só *nem é bem mas é de facto*, que tal denominação metafórica diz, lança o *esboço da estrutura essencial da fala*. O nome da *fala* precisamente por ser uma metáfora, expressa um traço essencial do falar: *falando o homem ergueu a sua personalidade na trama da sociedade a que pertence*.

O caso de *parabolar* é idêntico no esquema denominativo.

O terceiro caso, porém, é diferente. A denominação fundamenta-se na própria experiência da fala como acto humano em geral. Na sua origem não se trava uma relação com outra experiência. É da mesma experiência de falar que parte a denominação. A percepção reflexa incide no próprio acto de falar e é a estrutura accional de tal acto que sugere a estrutura nominal, ou seja, que fundamenta e induz a *denominação*: *falar* é a expressão oral mediante a prolação de sons articulados. Põe-se em relevo o traço mais essencial da fala: *a sua função expressiva através da voz*. Por ela o homem expressa-se e expressa tudo quanto traz à fala.

Expressar, por sua vez, é uma metáfora. É a acção repetida de *expremer*: premer para fazer sair algo de dentro daquilo que se *ex-preme*. Assim o homem *se exprime e exprime tudo o mais de que fala*.

A fala é a *expressão humana* ².

Neste último exemplo vem à revelação o aspecto mais fundamental da fala: a relação entre a *fala* e a *experiência*

² Cf. *A Porta do Ser*, pp. 22-27.

daquilo que por ela se exprime. Por experiência entendo a tomada de consciência de qualquer presença ao intuito. O homem experimenta tudo quando acede à sua consciência, tudo quanto percebe e de que se apercebe. A relação entre a experiência e a fala é recíproca. O homem só fala do que experimenta e do que tem presente na consciência. Por outro lado, porém, toda a experiência humana só está presente na consciência enquanto *vem à fala* ou enquanto a fala a traz. Toda a experiência humana tem, como a própria experiência da fala, uma predisposição para se exprimir. Cada experiência humana *se avia* à expressão. A fala actua aquela predisposição e perfaz este aviamento.

Toda a experiência humana vem movida por uma tendência natural para a comunicação de si mesma. A consciência experiencial abre-se como intencionalidade manifestativa. O corpo medeia a manifestação comunicativa através do sentir. O sentir dos sentidos é a *porta* por onde entram as experiências e por onde sai a expressão. No sentir se trava a comunicação.

Há, porém, diversidade na famulação do sentidos. Todos contribuem para a comunicação, mas a vista sobrepõe nas experiências do exterior enquanto que o ouvido sobressai na fala.

A natureza privilegiou, no grupo de animais a que o organismo humano zoológicamente pertence, os órgãos produtores de som como mecanismo de expressão. Muitas das expressões de prazer e de dor no homem se situam ao nível de tal mecanismo. A fala começa quando o pensamento humano enceta a instrumentalização voluntária dos órgãos fonadores para a articulação dos sons configurando-os de forma adequada a fazer deles sinais. Esta articulação significativa é o primeiro passo de ultrapassagem da natureza e o primeiro gesto na erecção do *mundo do homem* que é a *cultura* ³.

Mas antes de analisar, mais de perto, a função que à fala cabe na construção da cultura, atendamos à obra do pensa-

³ Cf. *Linguagem e Ser*, pp. 78-81.

mento na constituição da fala mediante a articulação significante.

A palavra difere dos outros sinais, como as cores dos semáforos, porque enquanto estes possuem uma estrutura anterior à significação à qual o homem atribui por intuição uma função significativa, a palavra é articulada desde o início para significar com uma significação própria ⁴.

A articulação dá a estrutura sonora às palavras já de si mesma orientada à significação. Embora a Fonética como ciência só tenha começado a formular-se em fins do séc. XVI, cedo os povos, que inventaram a escrita, prestaram atenção àquela estrutura e fizeram evoluir os seus alfabetos para a representação dela. A escrita fonográfica constituiu o primeiro esboço de Fonética e continuará a ser o seu primeiro fundamento como ciência linguística. A conservação da escrita ideográfica ficou exclusiva das várias línguas chinesas como língua escrita independente dos respectivos sistemas fonéticos ⁵.

Ora a escrita fonográfica individualiza os sons articulados — vogais e consoantes — pondo em relevo a função que cada um deles desempenha na estruturação da palavra como sinal, ou seja, como *estrutura fonética dotada de sentido*.

A forma de cada palavra outra coisa não é senão a malha de fonemas de que ela se tece de modo a ter um sentido onde cada um dos fonemas tem a sua função.

Não se pode dizer que a significação de uma palavra seja o somatório das significações dos fonemas que a compõem; mas ninguém deixará de ver que na significação de uma palavra a cada um dos seus fonemas cabe uma função. Esta será

⁴ A. Roseti, *Introdução à Fonética*, trad. de Maria Leonor Carvalho Buescu, 2.ª ed., Publicações Europa-América, Lisboa, 1962, p. 32.

⁵ Cf. Emilio Alargos Llorach, *Les représentations graphiques du langage*, in «Le Langage», Encyclopédie de la Pleiade, volume publié sous la direction d'André Martinet, Éditions Gallimard, Paris, 1968, pp. 524-530; particularmente a p. 526.

significativa quando o fonema ou os fonemas constituírem um morfema.

A alteração dos fonemas de uma palavra induz alteração na significação dela. A estrutura fonética constitui, por assim dizer, o corpo de que a significação é a alma.

Cada língua possui um conjunto de fonemas, limitado quanto à estrutura sonora e quanto ao número destas estruturas irreduzíveis a outras mais simples. Tais unidades elementares dividem-se em dois grupos: as *vogais* e as *consoantes*. Todas as palavras se formam com elas mediante combinações sujeitas às leis que respeitam não só o complexo operacional sensorio-motor mas também e com primazia as funções significativas. A explicitação e a compreensão de tais leis constituem a especificidade científica da Fonética e da Morfologia.

O homem no uso da sua língua não pode ultrapassar estes dois limites: o conjunto de fonemas disponíveis e as leis da sua prolação e combinação. Mesmo quando ao longo da evolução multimoda e permanente surgem alterações e inovações estruturais é sempre a partir dos elementos preexistentes e em conformidade com as regras.

Referindo-se à língua francesa Pierre Guiraud faz as seguintes observações, aplicáveis por certo a qualquer outra língua:

Le nouveau signe n'est qu' une transformation des limites d'emplois et des fonctions d'un signe déjà existant. Ainsi au moment où le verbe français perd ses désinences personnelles, par suite de l'érosion phonétique, il ne crée pas un nouveau système de marques, il ne fait qu' éteindre et généraliser l'emploi du pronom personnel qui assurait déjà des fonctions rythmiques. Lorsque le latin perd son futur, il trouve toutes prêtes à l'intérieur de la langue des formes stylistiques déjà en voie de grammaticalisation et qui sont prêtes à fonctionner comme un futur. Le vers français n'est pas la création d'un nouveau système prosodique, mais l'évolution interne du vers latin ...

De même, le nouveau mot tire toujours sa motivation de quelque virtualité en germe dans la langue dont la liberté

de l'écrivain ne peut refuser les contraintes sur lesquelles il s'appuie comme l'oiseau sur la résistance de l'air; c'est en la maîtrisant qu'il invente la langue, et en exigeant d'elle de nouveaux pouvoirs qu'elle ignorait mais qu'elle portait en germe ⁶.

Tais limitações não são meras coarctações da liberdade do escritor ou de qualquer utente de uma língua. Elas coincidem com as instituições sêmica e axiomática que dão validade e valência de significação a cada um dos sistemas linguísticos e, por isso mesmo, a cada um dos seus elementos e partes. Dentro de um sistema linguístico só a partir de uma estrutura significante se pode fazer uma nova estrutura significante.

Ao nível da fala, como uso primeiro da língua, quer na conversação comum quer nas várias linguagens especializadas — as científicas, as artísticas e as filosóficas — a produção de uma nova significação é sempre a transformação de uma significação preexistente. Greimas explicitou esta constante sob o estímulo dos processos metalinguísticos da literatura, mas possui validade universal a sua fórmula feliz:

... la production du sens n'a de sens que si elle est la transformation du sens donné ⁷.

A própria essência do processo linguístico, portanto, é *metafórica*.

É-o tanto na imposição dos nomes, como vimos em relação à própria fala, como na elocução do discurso.

De momento, clarifiquemos a *nominação* e a *denominação* com referência às *coisas mesmas* de que a *fala fala*.

Para a maior parte dos vocábulos perdeu-se a memória da primeira experiência nominativa. Os exemplos que pos-

⁶ *Les fonctions secondaires du langage*, in «Le Langage», ed. cit., p. 465. Cf. Max Black, *The Labyrinth of Language*, Penguin Books, 1972, pp. 24-55.

⁷ *Du Sens. Essais sémiotiques*, Éd. du Seuil, Paris, 1970, p. 15.

suímos, porém, e sobretudo o comportamento elocutório e alocutório fornecem indícios claros de que a fala expressa a experiência que temos daquilo de que falamos, esboçando na própria expressão falada um esquema estrutural que pretende sugerir ou *dar a entender* a estrutura ou o traço definidor das pessoas ou das coisas como elas nos aparecem na experiência. Não se trata apenas da mimetização fonética e gestual, como já os estoicos haviam teorizado segundo o testemunho de Orígenes⁸. A estrutura morfológica de cada palavra e da articulação de todas no conjunto do discurso, a tonalidade sonora das partes e do todo de tal conjunto, a gestualidade visual, o complexo sensori-motor da prolação vocal e da gesticulação executam, por assim dizer, o projecto expressivo que o intuito esboça no acto da percepção experiencial. Tal projecto tem a configuração da transportação metafórica: ele não é outra coisa senão o esforço expressivo enquanto tentativa de trazer a *realidade experimentada* à representação significada, ou seja, ao estatuto da *realidade dita*.

O texto literário, pela sua natureza de linguagem primariamente escrita, tende a desenvolver as potencialidades expressivas das estruturas fonéticas, morfológicas e sintácticas a fim de suscitar no leitor a prolação e a gesticulação do perfeito recitador.

As inovações e ampliações no vocabulário das línguas, quer no sentido do aprofundamento das realidades já conhecidas quer no sentido de novos domínios descobertos na ciência, na filosofia e nas artes, procuram-se através da metaforização dos nomes e das expressões já usadas e da actualização das potencialidades significativas dos sistemas linguísticos.

De todos os domínios aquele em que a metaforização denominativa se impõe como procedimento inevitável, é o das realidades interiores à própria consciência.

⁸ Contra Celsum, I, 24: ὡς νομίζουσιν οἱ ἀπὸ τῆς Στοᾶς φύσει [ἐστὶ τὰ ὀνόματα] μιμουμένων τῶν πρώτων Φωνῶν τὰ πράγματα.

«Como crêem os da Estoa são os nomes por natureza uma vez que as primeiras vozes são imitativas das coisas».

Todo o nome e toda a expressão, que se referem a actos, estados e entidades do conhecimento, da vontade e da sensibilidade, são manifestas metáforas.

Como veremos no 3.º parágrafo, esta metaforicidade essencial à fala desdobra-se também ao nível da elaboração do discurso mediante a função paradigmática dos modelos e das noções nucleares geradoras de inteligibilidade integrativa da totalidade sistemática.

Antes, porém, em ordem à compreensão do processo elocutivo da linguagem científica temos de esclarecer o processo conhecido que se trava no interior da metáfora.

2. NOETICIDADE DA METÁFORA

Verdadeiramente notável é a bibliografia que hoje temos à nossa disposição sobre a metáfora: voluminosa, profunda, subtil e disserta, seja qual for a óptica e o objectivo dos estudos. Todavia, desde o Romantismo a consideração retórica vem sendo acompanhada, refinada e utilizada pela reflexão filosófica não sem a confessada intenção de através dela alcançar novas soluções para velhos problemas.

De entre as obras de meu conhecimento sobressai, pelo diálogo hermenêutico e crítico travado com os melhores escritos até hoje dedicados ao tema e pela compreensão, subtileza e superioridade com que os ultrapassa, a colectânea de estudos publicada por Paul Ricoeur sob o título de *La métaphore vive*⁹. A sua hermenêutica do discurso retórico e do discurso filosófico sobre a metáfora pode ser, neste momento, o guia seguro para chegar até ao núcleo originante da estrutura noética da expressão metafórica.

⁹ Éditions du Seuil, Paris, 1975.

E comecemos pelo comentário à passagem em que Paul Ricoeur, interpretando e avaliando Northrop Frye¹⁰, revela o que entende por *metáfora viva*:

... l'auto-destruction du sens, sous le coup de l'impertinence sémantique, est seulement l'envers d'une innovation de sens au niveau de l'énoncé entier, innovation obtenue par la torsion du sens littéral des mots. C'est cette innovation de sens que constitue la métaphore vive¹¹.

A vida da metáfora está na criação da novidade de sentido. E esta criação faz-se mediante a destruição do sentido literal que caracteriza a predicação metafórica. A *impertinência* semântica, ou seja, a impossibilidade de o predicado manter o referente do sentido literal porque o rejeita um novo referente, a respeito do qual o intuito sabe o suficiente para se aperceber de que lhe não convém pura e simplesmente o sentido literal, próprio do primeiro referente. Apesar de tal repulsa, todavia, a predicação consoma-se. O predicato é atribuído ao novo referente e é-o no sentido pleno da *predicação*. O entendimento diz afirmando que o referente é *mesmo* segundo o que o predicado significa; mas vendo que não é segundo o primeiro significado, o sentido da copula é referido ao novo referente postula um novo sentido. Ora esta postulação encontra resposta satisfatória no próprio intuito enquanto este se apercebe de haver algo de comum na experiência que teve do primeiro referente e na que tenta expressar-se através da predicação metafórica. Este elemento comum, porém, não se transforma em conceito. Não se dá a abstracção da formalidade comum que pudesse receber um novo nome predicável univocamente de ambos os referentes. O nome mantém-se o mesmo e tal manutenção é intencionalmente significativa. Quer dizer: o intuito decide manter o mesmo nome com o seu significado literal, precisamente porque a presença de tal signi-

¹⁰ Trata-se do livro *Anatomy of Criticism*, Princeton Univ. Press, 1957.

¹¹ *Métaphore et référence*, in o. c., p. 289.

ficado é essencial para a produção do novo significado com respeito ao novo referente. Sem a manutenção do mesmo nome e sem a presença simultânea e reciprocamente referida dos dois significados, o intuito não encontraria viabilidade expressiva para dizer o que de novo descobriu a respeito do segundo referente. O novo sentido desencadeia-se no momento da *aferência* das diferenças. A predicação metafórica *transfere* o nome para um novo estatuto de significação precisamente porque *confere* o significado literal e o metafórico naquilo em que ambos *diferem*. Esta *diferença* é tão essencial à *transferência* *significativa* como a *conferência* de ambos naquilo em que se aproximam. *Aferindo* aqueles que *diferem enquanto diferem profere-se* aquilo em que *conferem*; pois a diferença não se daria entre dois extremos que se não *tocassem*. Não há diferença entre dois termos senão enquanto ambos possuem alguma semelhança ou contiguidade.

Por consequência, à predicação metafórica é essencial que mantenha em significação a diferença entre a significação literal e a significação metafórica. Só assim ela alcança expressar a novidade que o intuito descobriu e com ela o entendimento põe a descoberto.

A nova significação não só não mata a primeira como até para nascer e viver necessita de que ela continue bem viva. Podemos pois dizer que a metáfora se gera e sustenta com uma metáfora que morre e se transforma pelo uso linguístico numa significação literal. Mantendo-se em frente dela com a reciprocidade que as afasta e as aproxima, a nova metáfora mantém-se *viva*, pois é assim e só assim que na tensão daquela *reciprocidade* interpelativa se abre a novidade do que ainda não tinha sido *visto* nem *dito*.

É esta tensa reciprocidade entre os polos metafóricos que impede a formulação conceitual dos aspectos semelhantes e convergentes das duas significações. A visão desses aspectos apagar-se-ia no momento em que desaparecessem as diferenças.

Procuremos concretizar este esboço de noeticidade metafórica mediante a análise interpretativa da seguinte estrofe do poema *Guardador de Rebanhos* que Fernando Pessoa assinou com o heterónimo Alberto Caeiro:

O meu olhar é nítido como um girassol.
Tenho o costume de andar pelas estradas
Olhando para a direita e para a esquerda,
E de vez em quando olhando para trás ...
E o que vejo a cada momento
É aquilo que nunca antes eu tinha visto,
E eu sei dar por isso muito bem ...
Sei ter o pasmo essencial
Que tem uma criança se, ao nascer,
Reparasse que nascera deveras ...
Sinto-me nascido a cada momento
Para a eterna novidade do Mundo ... ¹²

Nesta estrofe o poeta esboça os traços da personalidade poética autora de todo o poema e nela retratada como uma atitude e uma óptica de olhar e compreender o mundo e de nele estar. Aqueles traços delineiam-se através do confronto metafórico.

O primeiro verso enceta este confronto com duas pinceladas de um caligrafismo cromático, preciso, magistral. O olhar fica aberto na pureza plácida e límpida do esquema solar, amarelo e branco, do girassol. E fica assim tão natural e tão sem postulados culturais, olhando para a natureza invioladamente espontânea na sua inexaurível natividade.

A própria estrutura fonética, morfológica e sintáctica deste verso soa e se iriza como esplendência especular onde a sugestividade da metáfora se reflecte.

Mas é também, como dizem os versos que se seguem, um olhar atento, repetitivamente circunspecto que conduz o movi-

¹² *Poemas de Alberto Caeiro*, in «Obras Completas de Fernando Pessoa», III, Edições Ática, Lisboa, 1970, p. 22.

mento do corpo e em si concentra toda a vida do poeta. É um olhar apercebido que tem o domínio da inteireza do seu ver. *Sabe dar com e por* a novidade da perpétua nascença que é o ser da natureza. E *sabe ter* o pasmo essencial cujo ver é *com-nascer* com a natureza de um modo tão nativo e pré-cultural como o do girassol. Tal *com-natividade* é a do olhar no mais recôndito recesso da sua essência visiva onde todo regressado a si mesmo chega às origens da absoluta espontaneidade do seu próprio ver que é o *ver-se a ver sabendo lúcida e perfeitamente ver*. Aí o olhar abre-se na consciente floração da natureza que *se vê a nascer*, vindo assim à contemplação estática de si mesma *como natureza*, ou seja, *a nascer*. Aí, nesse ponto extremo do começo absoluto daquilo cujo ser é *começar a ser, é nascer*, brota o momento aperceptivo de *tal ser*. Em tal momento o ver que se vê a ver a maravilha eternamente renovada do universo, alcança a apercepção da originalidade absoluta. Quer dizer: o olhar *vê sabendo que vê o ser vindo a ser* da totalidade de tudo quanto pode ser visto — o *Mundo*.

Esse é o momento imediatamente anterior à entrada em acção do *pensar*. O *pensamento* não se limita a ver. *Pensar* é pesar, medir, racionar, pôr em ordem, tratar, promover, pedir e dar razões, investigar, explorar e teorizar. *Pensar* é também falar e escrever. O *pensar*, portanto, mexe na natureza. Não se limita a contemplar maravilhado a eterna maravilha do primeiro e sempre renovado nascer de tudo quanto é. O *pensar* age sobre a natureza servindo-se dela para lhe acrescentar a cultura. Esta constitui a obra específica do homem, a *aventura* que o afasta das origens genésicas e maternas da natureza. Com ela o homem contrai a culpa da violação da natureza e contamina-se com a perda da inocência original. Pelo seu pensamento o homem vem projectado para a *aventura cultural* que o liga e o contrapõe à natureza, fazendo-o correr o risco do evento catastrófico. A fim de o esconjurar há que regressar catarticamente ao momento original e originante onde o olhar contempla, no êxtase da harmonia amorosa, o

nascer da natureza e o seu próprio e congénito *com-nascer*. Esta é a chave hermenêutica da segunda parte do poema:

Creio no mundo como num malmequer,
Porque o vejo. Mas não penso nele
Porque pensar é não compreender ...
O Mundo não se fez para pensarmos nele
(Pensar é estar doente dos olhos)
Mas para olharmos para ele e estarmos de acordo ...

Eu não tenho filosofia: tenho sentidos ...
Se falo na Natureza não é porque saiba o que ela é,
Mas porque a amo, e amo-a por isso,
Porque quem ama nunca sabe o que ama
Nem sabe porque ama, nem o que é amar ...

Amar é a eterna inocência,
E a única inocência é não pensar ...

Nenhuma exposição conceitual, preocupada com a univocidade predicativa, com o vigor lógico do raciocínio e com a clareza e distinção da redução eidética, levará o leitor ao momento aperceptivo que metaforicamente se expressa neste maravilhoso poema. Nenhuma hermenêutica, que prescindida da metáfora, o conseguirá interpretar de modo a proporcionar ao leitor a catarse poética que lhe permita ultrapassar as estruturas culturais e alcançar o momento aperceptivo do intuito pré-conceitual e ante-predicativo.

3. METAFORICIDADE DA LINGUAGEM CIENTÍFICA

O pensamento lógico dos cientistas e dos logicistas é propenso a menosprezar o valor noético não só da linguagem poética mas de toda a linguagem metafórica.

Os cientistas e os lógicos prezam acima de tudo a univocidade conceitual obtida pela precisão terminológica: uma palavra para cada conceito e um conceito para cada objecto.

É a meta matemática da ideia clara e distinta, alcançada através da literalidade e da propriedade da significação vocabular.

Tal perfeccionismo significativo contribui apreciavelmente para o aperfeiçoamento da linguagem em todos os seus domínios que não apenas nos científicos. Mas na realidade funciona como uma situação de limite para onde a função nominativa tende mas aonde por força da própria natureza da significação linguística não pode chegar. Tomada, porém, como axioma sistemático a univocidade conceitual é uma ilusão e pode transformar-se em daltonismo linguístico não apenas em literatura e filosofia mas até mesmo nas ciências e nas tecnologias.

Com efeito, também as linguagens científicas e tecnológicas se elaboram mediante os mesmos processos metafóricos das outras linguagens. Este facto foi posto em evidência por Heisenberg no capítulo X de *Physics and Philosophy*¹³.

Heisenberg sublinha a necessária precisão terminológica exigida pelas estruturas lógicas do raciocínio científico:

É evidente que os conceitos da linguagem ordinária com a sua imprecisão e a vaguidade da sua definição não permitiriam jamais tais deduções múltiplas. Quando uma cadeia de conclusões se segue de premissas dadas, o número de elos que se podem incorporar na cadeia depende da precisão das premissas. Por conseguinte na ciência experimental, os conceitos das leis gerais devem ser definidos com uma precisão completa, e isto não se pode fazer senão com a ajuda de abstracções matemáticas.

Para outras ciências, a situação pode-se mostrar bastante semelhante na medida em que também nelas há necessidade de definições relativamente precisas: por exemplo em Direito. Mas neste caso, o número de elos na cadeia de conclusões não tem necessidade de ser muito grande, a precisão absoluta não é necessária e são suficientes definições relativamente precisas em linguagem ordinária¹⁴.

¹³ *The Physics and Philosophy. The Revolution in Modern Science*, Harper and Brothers, New York, 1958. Utilizo a tradução francesa de Jacqueline Hadamard, Éditions Albin Michel, Paris, 1961 e 1971.

¹⁴ *O. c.*, pp. 227 s.

Não tenho nada a opor a estas considerações perspicazes e profundas atendendo à perspectiva em que o famoso cientista as formula. Sendo tal perspectiva a da lógica científica ou da epistemologia, a exigência da precisão conceitual está plenamente justificada. Só que penso se deve acrescentar-lhes algumas considerações sobre a «linguagem ordinária» nas suas relações com as linguagens científicas.

O conceito da *linguagem ordinária* não se mostra muito preciso quando dela se fala como base das linguagens científicas contraposta directa e somente às abstracções e aos símbolos matemáticos, ou seja, à linguagem matemática. Com efeito, o esforço da classificação e definição dos conceitos é uma constante da própria conversação geral nos vários espaços sociais, particularmente naqueles que atingem níveis mais altos de instrução. São estes que mais contribuem para o aperfeiçoamento fonético, morfológico, sintáctico, semântico e lexical do uso comunitário da língua. É claro que as linguagens literárias e científicas são os principais factores daquele múltiplo aperfeiçoamento.

A abstracção permite a formação de termos dotados de uma compreensão progressivamente circunscrita, clarificada e definida. Através dela, a convenção científica tem estabelecido definições precisas em todas as ciências. O uso de símbolos assemânticos, desde Aristóteles, para designar as operações e as relações lógicas bem como a aplicação dos símbolos matemáticos para o mesmo efeito, serviu para aperfeiçoar o conhecimento e a observância das leis do próprio conhecimento humano.

Todavia todo este processo de aperfeiçoamento da linguagem não só não é contrariado pelas denominação e predicação metafóricas mas nem se tem feito nem se pode fazer sem a elas recorrer.

A simbolização matemática dos sistemas de numeração, sobretudo o arábico, é um instrumento da linguagem para as operações do cálculo medidor. A sua denominação e predicação e a sua expressão falada, como claramente se mostra a uma

ainda que superficial observação, procedem não menos metaforicamente do que noutra qualquer domínio. Assim é desde a simplicidade infantil das contas de *somar* e *subtrair*, *multiplicar* e *dividir* até aos *cálculos infinitesimal*, *integral* e das *probabilidades*, tanto no seu desenvolvimento específico como na sua aplicação a outras ciências. Toda a nomenclatura e a sua formulação fraseológica procedem metaforicamente.

É por isso que as matemáticas, não menos do que as outras ciências, têm contribuído para o enriquecimento da linguagem.

Heisenberg descreve este enriquecimento em termos *linguisticamente precisos* e sugestivos:

Mas ao mesmo tempo que se aumentam os conhecimentos científicos, a linguagem enriquece-se, ela também; novos termos são introduzidos e os antigos termos são aplicados a um domínio que se alarga, ou de uma forma que difere da linguagem ordinária. Termos como a «energia», «electricidade», «entropia», disto são exemplos evidentes. É desta maneira que nós criamos uma linguagem científica que se pode chamar um prolongamento natural da linguagem ordinária, adaptada aos novos domínios do conhecimento científico¹⁵.

A metaforização inerente e constitutiva da formação da nova *linguagem científica* a partir da *linguagem ordinária* é expressa mas não formulada explicitamente. O texto de Heisenberg pode interpretar-se como se ele entendesse que a formação da nova linguagem, ao produzir novas significações mediante a transformação das significações da linguagem de origem, implicaria a perda total destas significações. Dar-se-ia, portanto, uma metáfora inicial que a precisão lógica em breve faria esquecer. De facto, porém, a opacificação das metáforas processa-se habitualmente no uso da conversação vulgar. As linguagens científicas também a cometem mas o nível aperceptivo das motivações denominativas é correlativo da apercep-

¹⁵ O. c., p. 229.

ção metafórica. O uso pode induzir a obliteração do primeiro significado; mas o porquê da denominação será sempre uma instância reclamativa da reflexão científica e esta ressuscitará a metáfora revelando a importância essencial que a presença do primeiro significado ao intuito representa para a derivação, ampliação, clarificação e precisão do segundo.

Por outro lado Heisenberg, nestas profundas e tão elucidativas reflexões sobre a *linguagem e realidade da Física actual*, ao formular os problemas da linguagem levantados pela revolução sistemática da teoria quântica em relação à mecânica newtoniana, abre perspectivas de interpretação da linguagem físico-matemática as quais mostram a possibilidade da aproximação da teoria da metaforicidade processual da linguagem em geral.

Aquela ruptura deflagra à escala infra-atômica cujos parâmetros já não permitem a continuidade na transferência da linguagem da mecânica tradicional. A estas dimensões impera a probabilidade e o princípio de indeterminação de Heisenberg que formula os limites da precisão da objectivação do cálculo matemático estabelecidos pela própria estrutura dos mecanismos humanos da medição.

«A significação de uma probabilidade em matemática ou em mecânica estatística é o enunciado do nosso grau do conhecimento da situação objectiva»¹⁶. Isto é assim em qualquer instância probabilística, mas no caso da teoria dos *quanta* a probabilidade chega a estabelecer os limites de imprecisão que não poderão nunca ser ultrapassados:

Mas nas discussões que tiveram lugar durante o outono de 1926 em Copenhaga entre Bohr, Schrödinger e os físicos do grupo de Copenhaga, apareceu rapidamente que uma tal interpretação¹⁷ não bastaria nem sequer para explicar a fórmula de Plank para a radiação térmica.

¹⁶ *Historial da teoria dos quanta*, in o. c., p. 28.

¹⁷ O abandono dos quanta e o regresso à mecânica ondulatória provisoriamente tentada por Schrödinger para ultrapassar contradições da nova mecânica.

Durante os meses que se seguiram a esta discussão, um estudo aprofundado de todas as questões respeitantes à interpretação de Copenhaga da teoria quântica conduziu finalmente a uma clarificação completa e — como muitos físicos crêem — satisfatória. Mas não era uma solução que se pudesse aceitar facilmente; recorde-me muitas vezes das discussões com Bohr que se prolongavam durante muitas horas entrando pela noite dentro até muito tarde para acabar quase em desespero; e quando, no fim da discussão, eu partia sozinho para calcorrear o parque das redondezas, repetia sem cessar a mesma pergunta: pode a Natureza ser tão absurda como nos parece ser nestas experiências atómicas?

Aproximámo-nos da solução final por duas vias diferentes. Uma consistiu em rodear a questão: em vez de perguntar como se podia exprimir uma dada situação experimental no esquema conhecido, punha-se uma outra questão: será verdade que se não se podem produzir na Natureza senão somente aquelas situações experimentais que se podem exprimir pelo formalismo matemático? Supor isto conduzia de facto a limitações da utilização dos próprios conceitos que tinham sido a base da Física clássica desde Newton. Podia-se falar da posição e da velocidade de um electrão como na mecânica newtoniana e podia-se observar e medir estas quantidades; mas não se podia fixar estas duas quantidades simultaneamente com uma precisão arbitrariamente elevada. Revelou-se que de facto o produto destas duas imprecisões não poderia ser inferior à constante de Plank dividida pela massa da partícula. E relações similares podiam ser formuladas para outros casos experimentais. Dá-se-lhes em geral o nome de relações de incerteza ou de princípio de indeterminação. Tinha-se apercebido de que os velhos conceitos não se adaptavam à Natureza senão com uma certa imprecisão¹⁸.

A segunda via, aberta por Bohr, consistiu em unir, numa relação de complementaridade, a estrutura corpuscular à ondulatória, como se ambas compusessem a mesma realidade. Novamente aqui a possível contradição implicada em tal interpretação foi superada mediante o princípio de indeterminação¹⁹.

¹⁸ *O. c.*, pp. 30 s.

¹⁹ *Ibidem*.

Estamos perante um exímio exemplo de comportamento noético de nível científico.

Heisenberg vê, com sábia lucidez, que o formalismo matemático está formulativamente subordinado a um sistema conceitual, teórico e explicativo dos fenómenos. Esta formulação noética é prestada em dois momentos: o da observação e o da verificação. No primeiro momento, o cálculo serve a medição. Esta aplica-se, com incidência preferencial, aos fenómenos visuais ou a fenómenos perceptíveis através das sensações visuais, mesmo que a natureza deles os situe nos domínios dos outros sentidos ou em domínios inacessíveis à sensibilidade humana. O cálculo serve também a invenção, o fabrico e o uso dos instrumentos que aperfeiçoam e suprem a capacidade perceptiva dos sentidos. Mediante o cálculo e o instrumento a razão persegue a medição rigorosa das figuras e dos tamanhos, das localizações, dos movimentos, dos tempos e das intensidades energéticas, precisando e ultrapassando os dados fornecidos pelos sentidos.

Este comportamento noético assenta na consciência aperceptiva do sentir como captação dos influxos energéticos duma realidade externa através dos quais esta se presenteia e configura. É esta consciência aperceptiva, subjacente e implícita em todos os juízos da vida quotidiana e nos procedimentos noéticos das ciências, que Aristóteles expressa nos seguintes termos:

ὥς δ' ἔστιν ἡ Φύσις, πειρᾶσθαι
 δεῖκνύναι γελοῖον· Φανερόν γάρ ὅτι
 τοιαῦτα τῶν ὄντων ἐστὶ πολλά.

... tentar demonstrar que a natureza existe é ridículo: pois é evidente que muitos dos seres reais são desta maneira ²⁰.

Neste primeiro momento em que os seres reais assomam e se presenteiam ao intuito através do sentir dos órgãos senso-

²⁰ Phys. II, i, 193 a 3s.

riais, o cálculo não entra no processo noético desta apresentação. Ela é um conhecimento de evidência imediata, δι'αὐτό *per se notum*, sem o recurso ao *médio* silogístico. E não se reduz a um conhecimento meramente existencial, embora a presença dos seres sensíveis seja o termo imediato do olhar do intuito. Mas neste primeiro momento já a presença vem configurada pelos traços estruturais que o sentir assume perante aquele olhar. Entre esses traços o intuito destaca como face genuína do presente o *presentear-se accional* do sensível como o *outro princípio* do sentir que neste se antepõe e propõe ao *eu* do intuito. Os traços que a afeioam são: a *presença accional*, a *alteridade do princípio* de tal agir e a *referência à sensibilidade* como porta de vir à presença do intuito. *É uma natureza sensível presente pelo seu agir no sentir dos sentidos.*

A partir deste momento primeiro, sempre subjacente e presente à continuada vigência do estado de vigília, o intuito incita as operações analíticas, indutivas e dedutivas, entre as quais se incluem as do cálculo matemático, com a intenção de identificar, numerar e situar os seres reais, observar com rigor o seu agir, descobrir a sua forma e estrutura e compreender o sistema de relações em que todos se unem e constituem em *Universo*. Esta é a trabalhosa e interminável marcha do conhecimento humano, ao longo dos milénios, através da experiência vulgar, do saber científico, da efabulação mítica e da especulação filosófica. A porta do sentir o intuito vigia discernindo entre a imagem sensorial e o conceito racional pelo lado das modalizações subjectivas da representação e as coisas mesmas, por outro, como com-princípio accional do sentir. Para tal discernimento o intuito serve-se do sentir e do raciocinar. *Observando e perguntando* o intuito averigua e verifica *o que realmente é e como é* ²¹.

Ora é precisamente nestes dois momentos essenciais do conhecimento — a observação e a pergunta — que o cálculo matemático presta o mais prestimoso serviço para o desenvol-

²¹ Cf. *A Porta do Ser*, pp. 301-341; e *Linguagem e Ser*, pp. 172-187.

vimento das ciências, entendidas como descoberta da natureza e do universo. Servindo-se do cálculo matemático a razão mantém *salva* a inteireza do fenómeno *diante do* olhar guardador do intuito, *medindo* com precisão e, para tanto, cooperando na utilização dos *instrumentos de observação*.

Procurando a inteligibilidade dos fenómenos na estrutura dos seres reais de que eles são a manifestação accional, o intuito congemma a hipótese e a teoria. E aqui novamente o raciocínio indutivo e dedutivo se serve, com grande eficácia e largo alcance, do cálculo matemático. A sua função continua a ser a de medir; mas neste momento o cálculo matemático sobressai pelo inestimável e insubstituível contributo prestado à precisão do comportamento accional dos seres reais em observação bem como ao engendramento e utilização dos *instrumentos de experimentação*.

O intuito *pergunta* experimentando, submetendo através do sentir, dos movimentos corporais e dos adequados instrumentos a natureza a uma acção que a força a dar uma resposta: *com o comportamento accional provocado pela experimentação a natureza mostra se a estrutura do modelo teórico é ou não é ou até que medida é real*. Desta arte o intuito 'discerne entre a *representação sensorial e conceitual* e as *coisas mesmas*.

A estrutura noética do processo discernitivo é essencialmente o mesmo quer se tenha na tentativa de apalpação manual de uma aparência corpórea quer se alcance pelo urto das partículas contra os átomos de um gás na Câmara de Wilson. Tal processo é constituído por procedimentos indutivos, dedutivos e formulativos sob a condução de procedimentos intuitivos das relações entre conhecer e ser cuja apercepção, explicitação e elucidação constituem o antiquíssimo e sempre renovado projecto do saber filosófico ²².

²² Cf. *A Porta do Ser*, pp. 419-444.

Ora é no começo e no termo do processo discernitivo que nasce e se consoma a denominação e predicação metafóricas. Vejamos um exemplo.

Quando Planck medindo as radiações térmicas notou que em tal fenómeno se não verificava a lei da emissão contínua da energia, constitutiva da teoria ondulatória electromagnética, o seu intuito rejeitou de imediato o modelo estrutural da energia então vigente na mecânica clássica e congeminou outro modelo. Aquela rejeição e esta congeminção constituem o mesmo processo noético. A emissão energética não podia entender-se como uma realidade contínua de estrutura ondulatória apenas: ela devia ter também uma estrutura descontínua, constituída por partículas unitárias, corpúsculos de tamanho fixo, próprio de cada frequência ondulatória. Planck deu-lhes o nome de *quanta*. A compreensão das radiações térmicas não permitia a exclusão total do nome de *onda*, mas exigia a introdução dum novo nome. Ambas as estruturas constam da célebre fórmula:

$$e = hv$$

— a energia é igual ao produto da constante *h* pela frequência da radiação.

Ora tanto o modelo ondulatório como o modelo quântico são metafóricos. Ambos partem de designações estruturais formuladas em experiências tidas ao nível do conhecimento vulgar. Na sua utilização pelo conhecimento científico o intuito mantém em apercebimento discernitivo a *diferença* estrutural em cada uma das *referências*. Na denominação científica, porém, o apercebimento discernitivo retém perante o olhar do intuito a multiplicidade de aspectos que relativizam a aplicabilidade do modelo à complexa especificidade das experiências envolvidas. No caso particular do modelo quântico chegou-se ainda a outra relativização mediante a sua aplicação à teoria atômica que transformou o modelo de Rutherford no modelo

de Bohr. Coube a Heisenberg formulá-la, como acima já referimos:

*Podia-se falar da posição e da velocidade de um electrão como na mecânica newtoniana e podia-se observar e medir estas quantidades: mas não se podia fixar estas duas quantidades simultaneamente com uma precisão arbitrariamente elevada. Revelou-se que de facto o produto destas duas quantidades não podia ser inferior à constante de Planck dividida pela massa da partícula*²³.

O cálculo probabilístico havia assim chegado a estabelecer o limite máximo a que se pode estender o grau de verdade na medição simultânea da velocidade e da localização de um átomo ou de uma partícula atômica. A averiguação de que aquele limite não podia ser ultrapassado por razões estruturais do próprio sentir e da acção perguntativa, erigiu em princípio o apuramento conclusivo: *o princípio de indeterminação*.

Este princípio nem sempre foi entendido tanto pelos cientistas como pelos filósofos na direcção do sentido que deriva dos seus fundamentos estruturais. O próprio Heisenberg tem sido censurado por dele tirar conclusões não aceitáveis pelo juízo do bom senso e do realismo aristotélico-escolástico²⁴. A verdade, porém, é que o famoso Físico, na obra que temos vindo a comentar, põe em luminoso relevo os limites impostos, pela natureza das nossas actividades conhecitivas e pela natureza das operações próprias da investigação instrumental, à objectividade precisa do conhecimento científico dos fenómenos naturais e do conhecimento da estrutura da realidade através deles deduzida. As suas palavras são portadoras da lúcida sabedoria que caracteriza os grandes momentos da apercepção reveladora e justificativa dos passos historicamente inovadores do pensamento humano. Essa luz aperceptiva ilumina todo o

²³ O. c., p. 23 e nota 18.

²⁴ Cf. Petrus Hoenen, *Cosmologia*, 4.^a ed., Apud Aedos Pontificiae Univeristatis Gregorianae, 1949. Na XXI das célebres *notae* publicadas em apêndice, intitulada *De Mechanica Undulatoria*, p. 591, nota 5.

processo prolativo do discurso científico e dá-nos a visão clara do seu dinamismo metafórico sem que no entanto se formule tal designação.

Nós dissemos no começo que a interpretação de Copenhaga partia de um paradoxo, a saber: *que descrevemos as nossas experiências em termos de física clássica, sabendo ao mesmo tempo que estes conceitos não se adaptam perfeitamente à Natureza*. O desacordo entre estes dois pontos de partida está na raiz do carácter estatístico da mecânica quântica. É por isso que foi sugerido algumas vezes que seria necessário libertarmo-nos por completo dos conceitos clássicos e que uma mudança revolucionária dos conceitos utilizados para descrever as experiências poderia talvez conduzir-nos a uma descrição não estatística e completamente objectiva da Natureza.

Mas esta hipótese repousa sobre um erro de interpretação. Os conceitos da física clássica não são senão um refinamento dos conceitos da vida quotidiana e são uma parte essencial da linguagem que forma a base de todas as ciências da Natureza. A nossa situação em ciência é tal que nós utilizamos *de facto* os conceitos clássicos para descrever as experiências; e o problema posto à mecânica quântica era de descobrir sobre esta base uma interpretação teórica das experiências. É inútil discutir o que se poderia fazer se fôssemos outros seres; alcançámos a compreensão de que, como disse Weizsäcker, «a natureza precedeu o homem, mas o homem precedeu as ciências da Natureza». A primeira parte da frase justifica a física clássica com o seu ideal de completa objectividade; a segunda parte diz-nos porque é que não podemos fugir ao paradoxo da teoria quântica, ou seja, a necessidade de utilizar os conceitos clássicos²⁵.

Na mente do cientista nem sempre se explicita esta percepção; mas ela está sempre presente na «interpretação teórica das experiências» e instaura na linguagem científica a noeticidade metafórica. Ela traz ao confronto os dois polos semânticos da metáfora e desencadeia assim o efeito especular da

²⁵ O. c., pp. 52 s.

recíproca reflexão cuja tensão difractora abre ao intuito a relacionalidade noética das diferenças e semelhanças. No seio da formulação conceitual, própria dos termos da enunciação metafórica, portanto, actuam-se conhecimentos que não são conceituais mas sim lances de intelecção, próprios do intuito. Dá-se como que uma concentração nuclear visiva que se abre em simultaneidade expansiva da polieidética estrutura experiencial presente ao intuito.

Neste momento do olhar aperceptivo do intuito o tempo não corre linearmente. O seu fluxo suspende-se na duração omnidimensional da simultaneidade crescente. Dá-se como que uma abolição do tempo, que não fica destruído mas como que assumido pela temporalidade da presença simultânea que se expande em todas as direcções. Esta metáfora espacial, entretanto, pode ser equivocante. De facto, o que ocorre na experiência noética da relacionalidade metafórica talvez se possa sugerir dizendo que se dá um *aprofundamento do tempo*. Deixa de ser *datável* e assume-se em *evo*. A possibilidade de termo é abolida pelo regresso à originação do começo e a temporalidade sublima-se na duração simultânea.